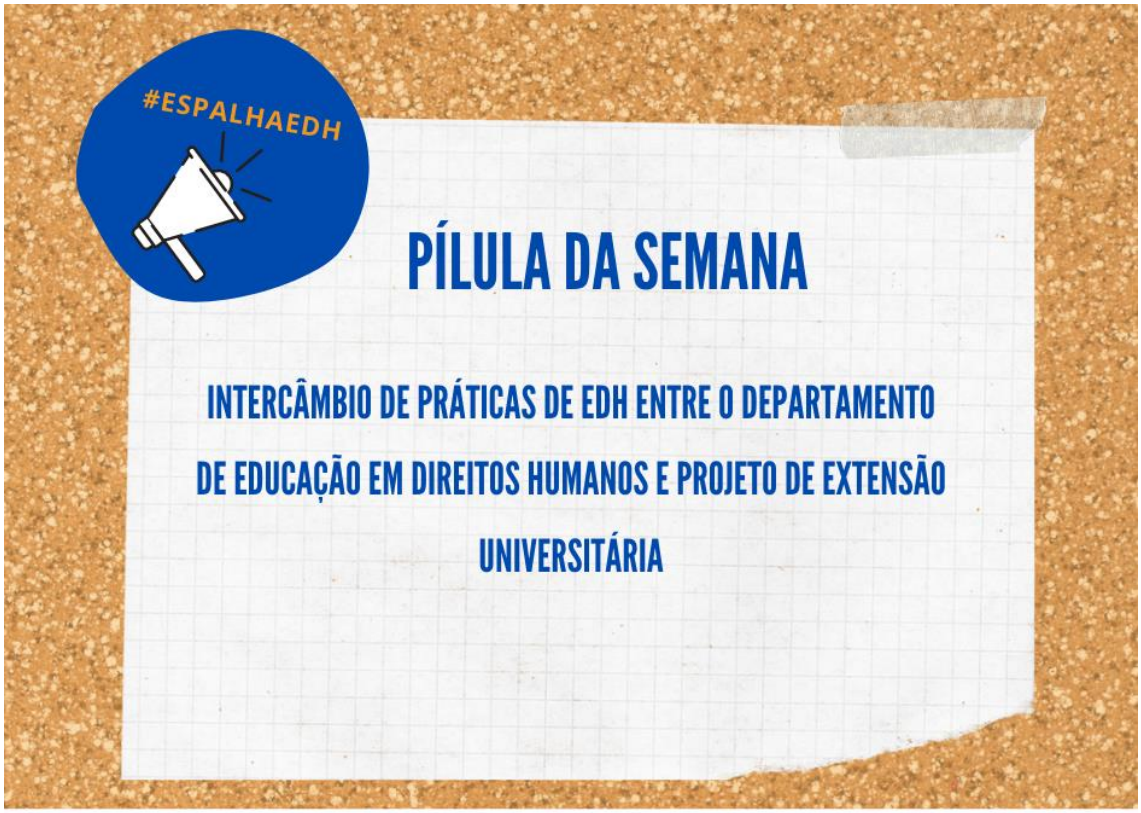

Intercâmbio de práticas de EDH entre o Departamento de Educação em Direitos Humanos e Projeto de Extensão Universitária

Neste mês de setembro, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Universidade São Judas Tadeu iniciaram uma parceria, por meio do diálogo entre o Departamento de Educação em Direitos Humanos e o Projeto de Extensão liderado pela professora Laura Mascaro, que objetiva proporcionar a troca de saberes entre o Poder Público e a Universidade.

A partir desse diálogo institucional, o grupo de alunos que participa do projeto se reuniu, virtualmente, com o Departamento de Educação em Direitos Humanos para conhecer as políticas e ações de EDH voltadas para a cidade de São Paulo. Além disso, eles foram convidados para acompanhar três ações realizadas pela área, que são: as atividades formativas, a publicação Espalha EDH e o Festival de Direitos Humanos.

Para o Departamento de Educação em Direitos Humanos, "a parceria vem enriquecer as linhas de atuação, podendo ampliar a oferta de cursos com o recorte dos direitos humanos, bem como trazer novos olhares para o informativo mensal Espalha EDH, e ainda agregar temas e ideias que circulam pelo universo jovem à 8ª edição do Festival de Direitos Humanos".

E, para falar um pouco sobre a parceria e sobre a importância do intercambio de informações entre academia e poder executivo, convidamos a professora coordenadora do projeto, Laura Mascaro.

1) Quais foram as motivações para criar este Projeto de Extensão?

Acredito que uma das formas mais interessantes de se efetivar direitos humanos é por meio da Educação. Aliás, esse é o propósito mesmo da Declaração Universal de Direitos Humanos. Não é legislativo, é educativo. Mesmo porque, todos sabemos como a positivação dos direitos humanos não é garantia de sua realização, isso só se dá quando cada órgão e cada ator da sociedade assume a responsabilidade por concretizar os direitos humanos no dia a dia. E sinto que um dos públicos-alvo mais importantes dessa educação seriam as pessoas que trabalham todos os dias no desenvolvimento e realização de políticas públicas. É daí que surge a ideia de um Projeto de Extensão em parceria com o Poder Público, voltado aos servidores. Acredito que conseguiremos ter políticas públicas mais inclusivas, que verdadeiramente traduzam o espírito dos direitos humanos se os servidores puderem se enxergar como sujeitos de direito e como responsáveis pela concretização desses direitos por meio de seu trabalho.

2) Como professora universitária, como você avalia a necessidade de se introduzir a pauta da EDH em instituições de ensino superior?

Creio que é uma necessidade urgente. Os universitários ocuparão posições de relevância, com maior impacto e influência na sociedade, e devem ter uma formação ética que verdadeiramente transforme a maneira como eles se colocam e atuam no mundo, em qualquer setor produtivo, acadêmico ou área do conhecimento. A educação em direitos humanos tem esse propósito, que vai muito além de um saber teórico acerca dos direitos humanos. Ela possui um papel transformador do modo como agimos no mundo, que passa a ser entrelaçado a uma constante preocupação com "o que estamos fazendo?"

3) Qual a importância de se estabelecer um diálogo entre a EDH e a formação dos alunos do curso de Direito?

No curso de Direito especificamente esse diálogo deve ser ainda mais profundo, tendo em vista dois aspectos. Em primeiro lugar, o jurista não deve ser formado para ser um mero técnico que sabe operar as leis e o sistema judicial. Ele carece também de uma formação com o intuito de saber identificar o sentido do direito em cada horizonte em que este será aplicado, uma formação para uma hermenêutica compreensiva, que envolve compreender as opressões estruturais da nossa sociedade, os conflitos, os interesses e as relações de poder em cada caso concreto. Isso pode ser proporcionado por uma educação em direitos humanos. Em segundo lugar, o jurista é aquele que deve conhecer as ferramentas para melhor efetivar os direitos humanos, seja na promoção de condutas desejáveis e ampliação do acesso aos serviços, seja depois que a violação já aconteceu, no sentido de reparar e cuidar para que não se repita. E isso abrange uma série de ferramentas que compreendem os instrumentos estritamente jurídicos, mas que também vão além deles. E é essa formação crítica e humanística que nosso Projeto de Extensão procura promover.